



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Reunião do Conselho Consultivo do Tribunal Judicial da Comarca do Porto

ACTA

DATA: 23 de Fevereiro de 2017, pelas 14: 30 horas

LOCAL: Palácio da Justiça do Município de Vila Nova de Gaia, sito na Rua Conselheiro Veloso da Cruz, nº 801, Vila Nova de Gaia

*

Membros do Conselho Consultivo:

- **Juiz Presidente da Comarca do Porto:** Dr. José António Rodrigues da Cunha
- **Procurador-Geral Adjunto Coordenador:** Dr. Eduardo Gonçalves de Almeida Loureiro
- **Administrador Judiciário:** Dr. José Aurélio Cabido
- **Representante dos Juizes da Comarca:** Dr. António Pedro da Costa Gonçalves Nogueira
- **Representante dos Magistrados do Ministério Público da Comarca:** Dr. João G. A. de Simas Santos
- **Representante da Ordem dos Advogados:** Dra. Elisabete Grangeia
- **Representante da Ordem dos Solicitadores:** Dra. Alexandra Ferreira
- **Representante dos Oficiais de Justiça:** Secretário de Justiça Manuel Fernando Barbosa de Sousa
- **Representantes dos Municípios integrados da Comarca do Porto:**
 - Dra. Joana Mafalda Felício Ferreira (Vereadora da Câmara Municipal de Matosinhos)
 - Dr. Luís Filipe Castro de Araújo (Vice-Presidente da Câmara Municipal de Gondomar);
- **Representante da Associação Empresarial de Portugal:** Dra. Olga Tavares
- **Representante do Conselho de Reitores:** Prof. Dr. Miguel Pestana Vasconcelos
- **Representante dos Consumidores – D.E.C.O.:** Dr. Miguel Dias Gomes
- **Gabinete de Apoio ao Juiz Presidente da Comarca:** Dra. Ana Maria Mota Pinto

*

AUSENTES:

Sr. Procurador – Geral Coordenador Dr. Eduardo Gonçalves de Almeida Loureiro, Dra. Alexandra Ferreira, tendo comparecido em sua substituição o Dr. Joaquim Baleiras, Dr. Luís Filipe Castro de Araújo, Dr. Miguel Dias Gomes, os quais comunicaram a sua impossibilidade em comparecer, Dra. Joana Mafalda Felício Ferreira e Prof. Dr. Miguel Pestana Vasconcelos.



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

*

APRESENTAÇÃO:

Apresenta-se, em seguida, a competente acta onde se discriminam, por sùmula, os assuntos submetidos à mesma.

*

ORDEM DE TRABALHOS:

1 – Comunicado de imprensa.

*

Iniciada a reunião, pelas 15:00 horas, pelo ilustre representante da Ordem dos Solicitadores, Dr. Joaquim Baleiras, e pela ilustre representante da Ordem dos Advogados, Dra. Elisabete Grangeia, foram apresentados cumprimentos aos membros do Conselho Consultivo da Comarca do Porto, tendo o Exmo. Sr. Juiz Presidente dado as boas vindas aos novos membros presentes.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi entregue, a cada um dos presentes, a última versão do comunicado de imprensa com os contributos dos ilustres representantes da D.E.C.O., da Associação Empresarial de Portugal, da Ordem dos Advogados e da Ordem dos Solicitadores, com vista à remessa do mesmo à Agência Lusa, à imprensa escrita e aos canais de televisão, nos termos deliberados.

Pelos membros presentes foi dito concordarem na íntegra com o teor do comunicado e com a forma da sua divulgação, tendo sido sugerido o envio também para a rádio TSF.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi dito dar-se por assente a redacção do comunicado de imprensa e a proposta de inclusão da rádio TSF para a sua divulgação, bem como o seu envio, no dia de hoje, aos órgãos de comunicação social.

Pela ilustre representante da Ordem dos Advogados foi indagada a possibilidade de divulgação do comunicado pelos canais da Ordem dos Advogados, ao que o Exmo. Sr. Juiz Presidente respondeu



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

que qualquer membro do Conselho é livre de difundir o comunicado através dos seus gabinetes de imprensa.

Pelo ilustre representante dos Oficiais de Justiça foi dado a conhecer o desagrado dos funcionários de justiça do Juízo de Família e Menores de Matosinhos quanto à demora na sua transição para o Palácio de Justiça de Matosinhos.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi dito que se encontra em fase de avaliação a situação, ponderando-se a troca entre o Juízo de Trabalho de Matosinhos e o Juízo de Família e Menores.

Pelo ilustre representante dos Magistrados do Ministério Público foi sugerido que, no caso de decisão desfavorável relativamente à questão do Convento de Santa Clara, em Vila do Conde, fosse solicitado ao Ministério da Justiça o edifício da Cadeia da Relação do Porto.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi referido que o edifício da Cadeia da Relação do Porto, considerando o seu cariz simbólico para a Justiça do Porto e do Norte do país, deveria fazer parte do património do Ministério da Justiça, sendo que tal resolveria todas as situações logísticas da Comarca, pelo que, oportunamente, com todos os membros deste Conselho presentes, ponderar-se à essa situação.

Referiu, ainda, que a delegação da Ordem dos Advogados, em Vila do Conde, revelou preocupação, mas também esperança, no desenrolar de toda a questão do Convento de Santa Clara.

Pelo ilustre representante da Ordem dos Solicitadores foi dito que, atendendo às figuras criadas pela nova organização judiciária, nomeadamente o Conselho Consultivo e o Conselho de Gestão, não é aceitável que essas estruturas não sejam consultadas nas questões referentes à gestão dos imóveis.

Pela ilustre representante da Ordem dos Advogados foi referida a imperiosa necessidade em ser resolvida a situação dos Juízos de Execução, dada a gravidade da mesma.

Pelo ilustre representante dos Oficiais de Justiça foi mencionada a existência de problemas disciplinares, devido a atrasos na tramitação dos processos executivos, tendo como causa o excessivo volume processual.



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Pela ilustre representante da Ordem dos Advogados foi afirmada a premência do comunicado de imprensa.

Mais referiu, que no que respeita à questão do edifício da Cadeia da Relação do Porto, antes de mais, é necessário averiguar quem é o proprietário do mesmo e se é justificável a sua utilização para as finalidades a que foi adstrito, nomeadamente número de exposições, visitantes, etc.

Pelo Exmo. Sr. Juiz Presidente foi feito um ponto da situação em relação ao Juízo Central Criminal do Porto, sito no Tribunal de S. João Novo, tendo informado os membros presentes que vão decorrer obras de fundo no mesmo, com a duração previsível de dois anos, sendo, por isso, necessário um local alternativo para o seu funcionamento.

*

Nada havendo mais a tratar, procedeu-se a um agendamento da próxima reunião, por acordo entre todos os membros presentes, designando-se o próximo dia 27 de Abril de 2017, pelas 14:30 horas, nas instalações do D.I.A.P. do Porto e 1.ª Secção de Instância Central de Instrução Criminal do Porto, sitas na Rua de Camões, nº 155, Porto.

*

Consigna-se que a presente reunião foi encerrada pelas 17:10 horas.

A presente acta vai ser devidamente assinada.

Juiz Presidente da Comarca do Porto,



(Dr. José António Rodrigues da Cunha)

Administrador Judiciário,



(Dr. José Aurélio Cabido)



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Representante dos Juizes da Comarca,

(Dr. António Pedro da Costa Gonçalves Nogueira)

Representante dos Magistrados do Ministério Público da Comarca,

(Dr. João Guerreiro Alves de Simas Santos)

Representante da Ordem dos Advogados,

(Dra. Elisabete Granjeia)

Representante da Ordem dos Solicitadores,

(Dr. Joaquim Baleiras)

Representante dos Oficiais de Justiça,

(Secretário de Justiça Manuel Fernando Barbosa de Sousa)

Representante da Associação Empresarial de Portugal,

(Dra. Olga Tavares)



Tribunal Judicial da Comarca do Porto

Gabinete de Apoio ao Juiz Presidente da Comarca,

Amf

(Dra. Ana Maria Mota Pinto)